



O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMO AGENTE INTEGRADOR NO AMBIENTE ESCOLAR

Daniele Gonçalves Guedes Alves¹; Luiz Arthur Cavalcanti Cabral¹; Patricia de Jesus Costa dos Santos^{1,2}

Faculdade de Ciências Médicas¹, Universidade Federal de Campina Grande²
dany.guedes@live.com, tutacabral@hotmail.com, patriciajcs@gmail.com

Resumo: A pesquisa aborda questões voltadas à inclusão de alunos do ensino infantil com o auxílio do profissional de Educação Física como agente integrador de grupos especiais. Neste sentido foram observadas as pessoas com necessidades especiais e de gêneros diferentes. Dois grupos que ao longo da história foram bastante excluídos da sociedade. Primeiro as pessoas com deficiência, que durante a idade antiga e medieval eram mortas por ter suas limitações. Em seguida, temos a questão de gêneros, onde as mulheres tiveram que passar muito tempo proibidas de diversas ações, tendo como única obrigação, cuidar do lar. Dois grupos que sofrem algum tipo de preconceito diariamente, principalmente em escolas, lugar que não deveria ocorrer tais situações, já que a qualidade de ensino tem que ser igualitária a todos, mas o que vemos são professores despreparados para encarar tais situações, onde o profissional deixa de incluir um aluno especial numa atividade de Educação Física por achar impossível que este seja capaz de executá-lo deixando o aluno de fora. Diante destes aspectos, o estudo qualitativo de natureza descritiva, buscou analisar de que maneira os profissionais lidam com algumas formas de inclusão nas aulas de Educação Física escolar. Após a análise, foi possível entender que o professor de Educação Física deve buscar meios para que se trabalhe a inclusão social em suas aulas, havendo diálogos juntamente com os alunos, abordando temas que como limitações, respeito, inclusão social e de gênero. Assim, é possível oferecer uma Educação Física de qualidade, com professores preparados para lidar com as diferenças em sala de aula.

Palavras-chave: Inclusão, Educação Física Escolar, Gênero.

INTRODUÇÃO



Durante grande período da história, pessoas com deficiências eram totalmente rejeitadas pela sociedade e até mortas, principalmente durante a idade antiga e medieval (SILVA, 2006). Na Roma antiga todos os pais tinham direito de sacrificar seus filhos que nascessem “defeituoso”, enquanto na cidade grega de Esparta os responsáveis levavam seus filhos, apresentavam-se ao conselho, onde iriam ser julgados, e se fossem realmente saudáveis aquelas crianças e que futuramente dariam ótimos soldados de guerra, caso contrário aparentasse alguma limitação física, seriam logo eliminados, sendo jogado ao mar ou do alto de um abismo que se chamava Apothetai¹ (SILVA, 1987). O contexto vai mudar um pouco em Atenas, também na Grécia, que sobe forte influência de Aristóteles irá modificar a visão da sociedade que era de exclusão dos indivíduos deficientes e passa a ampara-los e protegê-los (LIMA; MARTINS; CAMPRARO, 2009)

Até nos dias atuais relatamos casos de discriminação, preconceitos e maus-tratos a pessoas “especiais”, nos mais diferentes grupos, mas a cada geração, a civilização vai se moldado ao novo, vai ficando mais madura e aprendendo a aceitar o diferente. Desde a década de 1980 vem acontecendo um processo amplo de caráter mundial: a inclusão, que de certo modo transforma o entendimento da sociedade, fazendo com que a diversidade seja valorizada (MENDES, 2006, p. 04).

O local que mais deve visar essa inclusão é o ambiente escolar, onde todos tem o direito ao mesmo conhecimento e devem usufruir dos mesmos ambientes (FERNANDES, 2011). Ao entrar em determinadas escolas, é comum depara-se com o primeiro obstáculo que é a estrutura física e os meios de transporte. Muitos alunos sofrem devido à falta de acessibilidade como a ausência de transportes adaptados, rampas, materiais didáticos e/ou sinalizações em Braille, dentre outros fatores.

Com relação aos profissionais, estes muitas vezes não estão preparados para a realidade e acabam excluindo, de certa forma o indivíduo com deficiência ou outro fator excludente, muitas vezes por falta de experiência ou preparação. No campo da Educação Física, escolar inclusiva, vem para mostrar que é possível desenvolver diversas atividades com os alunos em conjunto, sem deixar ninguém de fora, promovendo a integração (FERNANDES, 2011).

Outro ponto que merece atenção nas escolas é a questão de gênero, onde meninas jogam um determinado jogo num espaço da quadra e os meninos em outro, ressaltando que os

¹ Depósito



meninos sempre ficam com o maior espaço da quadra, sem haver interação entre eles, sendo assim um fator cultural que ultrapassa o tempo (VAGO, 1993).

As mulheres ao longo da história eram submissas aos homens, por ser um sexo “frágil” e por isso sua única obrigação era viver para o lar, enquanto os homens iam trabalhar (PORTELA, 2008). O autor ainda relata que, com a chegada da revolução industrial, a história muda o contexto, uma vez que mulheres, homens e até crianças trabalham em condições péssimas de trabalho e higienização.

Com os movimentos feministas, as mulheres foram ganhando mais espaço na sociedade, conseguindo o poder de votar, mas mesmo com tantas conquistas ainda há desigualdade, porém, na atualidade a mulher desempenha diversos papéis que até então era de predominância masculina (PORTELA, 2008). Até no esporte a mulher era proibida de participar, em especial nas primeiras olimpíadas que era em homenagens aos deuses (LIMA, MARTINS, CAMPRARO, 2003). Só em 1900 em Paris, na França, que 22 mulheres competiram nos jogos olímpicos da era moderna (RUBIO; SIMÕES, 1999) e atualmente se destacam até nas modalidades consideradas masculinas.

Outro ponto que merece destaque nas aulas de Educação Física são os alunos transgênicos que sofrem com o preconceito na comunidade escolar.

Diante do exposto, o objetivo da pesquisa é analisar de que maneira o profissional de Educação Física desenvolve atividades de modo a integrar diferentes grupos no ambiente escolar.

METODOLOGIA

Trata-se um estudo descritivo com abordagem qualitativa pelo fato de observar um universo de significados, motivos, valores e atitudes que não podem ser analisados de modo quantificado (FLICK, 2009). Na pesquisa buscou-se analisar de que maneira os profissionais lidam com algumas formas de inclusão nas aulas de Educação Física escolar.

Para encontrar o resultado da pesquisa, tomou-se como instrumentos e coletas de dados, referencial teórico em periódicos e livros da área, bem como a observação de algumas aulas e Educação Física escolar.



Dessa forma, para encontrar os resultados, foi utilizada a análise de conteúdo pelo fato de ser “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2002, p. 38).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após analisar os dados observacionais e bibliográficos, foram elaboradas duas categorias analítica: Uma sobre a educação física envolvendo grupos com algum tipo de limitação e o segundo que aborda a questão de gênero no ambiente escolar.

Educação Física escolar e grupos especiais

A Educação Física vem cada vez mais perdendo espaço no âmbito escolar, muitas vezes por visar como conteúdo programado nas suas aulas somente a prática de esporte, onde é possível perceber que tem muita competitividade e seletividade quando o ideal seriam explorar os jogos que tragam a coletividade, respeito e afetividade, elementos que irão ajudar na vida do indivíduo na sociedade (CIDADE E FREITAS, 2002).

A escola inclusiva se dá a uma educação de qualidade, para todos, sem restrições, com profissionais capacitados e preparados para passar seu conhecimento da melhor maneira aos alunos, respeitando suas individualidades, pois como, sabe-se, cada vez mais está sendo um desafio para os responsáveis passarem assuntos programados nas aulas sem que haja exclusão de atividades escolares, uma vez que apenas na última década foi implantado nos currículos dos licenciados em Educação Física, conteúdos referentes a indivíduos com necessidades especiais, a Educação Física adaptada, surgiu oficialmente nos cursos de graduação pela resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, onde diz que o profissional de Educação Física poderá estar atuando nas escolas com um portador de deficiências ou outras necessidades especiais (CIDADE; FREITAS, 2002). As autoras ainda explicam que por esta razão, os professores devem ter em seus currículos, formação referente a assuntos pertinentes à Educação Física adaptada ou à inclusão, que infelizmente ainda é comum encontrar em instituições, professores sem capacitação para desenvolver um trabalho com essa população e acaba sem saber como lidar com determinadas situações no ambiente escolar. É extremamente importante um professor capacitado nas escolas, pois principalmente nas aulas de Educação Física, onde há uma aproximação maior entre os alunos, é preciso ter atenção nas escolhas das atividades para que todos participem, como por exemplo na elaboração de algum jogo ou



brincadeira lúdica, que essas crianças fortificam seus espírito coletivo e aprendam a lidar com vitórias e derrotas, a adaptações de alguns jogos que todos estejam em igualdade. Dessa forma, é possível ir testando os limites de cada aluno, em especial aqueles com algum tipo de limitação, para verificar até onde ele podem chegar ou realizar a atividade, possam ao longo das aulas ir aprimorando, tendo um melhor desenvolvimento na adaptação (ALARCÃO; ROLDÃO, 2009)

O professor deve saber o tipo de limitação que seu aluno tem e assim, pesquisar e se inteirar sobre as limitações deste indivíduo antes de qualquer planejamento de aula. Como exemplo é possível citar um aluno com síndrome de Down, que na maioria dos casos são cardiopatas, apresentam problemas respiratórios e na linguagem, obesidade, retardo mental (LEHNHARD, MANTA E PALMA, 2012).

Os próprios pais muitas vezes tem receio de colocar seus filhos com necessidades especiais em escolas, principalmente numa aula de Educação Física, com receio que algo possa acontecer e cabe a escola e ao professor, orientar os pais sobre como a Educação Física pode ser eficiente e trazer melhorias na vida dessa criança, mostrando as possibilidades possíveis, já que é uma disciplina cativante sendo um momento de manter a relação entre os alunos, mostrando que todos são capazes de participar das aulas, isso vai gerar um benefício mútuo, no qual os alunos irão aprender a conviver com as diferenças e assim respeitar e aceitar as limitações dos demais, enquanto que o aluno acometido de alguma limitação, não vai se sentir “diferente” porque vai vivenciar cada atividade. Por esse motivo é importante, um profissional bem estruturado com uma qualidade pedagógica. Alarcão e Tavares (2013, p.113) consideram que “a formação de um professor não termina, porém, no momento da sua profissionalização, pelo contrário, ela deve prosseguir, em continuidade, na chamada formação contínua”.

A troca de ideias ajuda no desenvolvimento das funções psíquicas, e essa atividade feita de maneira correta vai acarretar mais desempenho nas aulas e pode ocorrer uma união entre os professores de outras disciplinas, mostrando que uma interdisciplinaridade pode ser eficaz num aprendizado de qualidade (LEHNHARD, MANTA E PALMA, 2012).

Muitos alunos com limitações se sentem excluídos e acabam se isolando e se sentem capazes quando conseguem realizar uma atividade em grupo. Por esse motivo que os jogos, brincadeiras, esporte, onde eles conseguiam participar de modo igualitário com os outros alunos traz uma melhora significativa ao seu bem-estar e essa prática acarreta benefícios físicos, sociais, mentais, pois aumentava a autoconfiança e autoestima desses indivíduos (LEHNHARD, MANTA E PALMA, 2012).



Assim traz a consciência de que não devemos ser preconceituosos, que aquela pessoa também é capaz e abre a mente das outras crianças para aceitar e gostar do diferente, já que não somos todos iguais, temos nossas individualidades, temos nossa diversidade. Apesar dos avanços que vem ocorrendo no Brasil, ainda há muito a ser conquistado, em relação ao respeito e dignidade humana, que não haja mais distinção de raça, classe, nacionalidade, gênero, orientação sexual, religião, deficiências e que seja efetivado o direito a diversidade cultural, entre outras coisas (BRASIL, 2007).

Questão de Gênero e Ambiente escolar

O professor deve sempre motivar seus alunos de modo que sintam a necessidade de participar, seja inovando nas brincadeiras ou jogos, mudando as regras de acordo a turma ou sendo criativo e para isso, o profissional tem que estar sempre buscando o melhor, indo atrás de mais conhecimento, estando bem informado sobre seu campo de trabalho, para que suas aulas sejam produtivas para todos os alunos, cativando assim a inclusão escolar, só que muitas vezes não acontece. Cruz e Ferreira (2005, p. 178) nos deixa uma mensagem otimista sobre esse assunto:

“Por mais adversas que possam parecer as condições de trabalho em nosso sistema de ensino, sua superação se dará à medida que nosso investimento sobre a escola aumente. É fundamental que a autonomia profissional seja exercitada no sentido de fortalecer a autoria de projetos pedagógicos que garantam o processo de escolarização de nossos alunos. Essa conjugação do exercício responsável da autonomia, com a autoria de projetos pedagógicos efetivos, pode sustentar a autoridade profissional do professor de Educação Física dentro da escola. A inclusão escolar de alunos que apresentam necessidades especiais é [...] uma provocação que não pode ser ignorada”.

Nos dias atuais a desvalorização da Educação Física está muito elevada, até mesmo pelos seus próprios profissionais, os alunos não levam a sério uma disciplina que é de grande importância e se realizada de maneira correta, os alunos absorvem os assuntos e se comunicam mais entre si, fazendo com que haja uma colaboração e coletividade.

Referindo-se a diferenciação de gêneros, podemos afirmar que é um conceito onde é possível englobar todas as formas de construção. Seja da sociedade, que de certo modo vai pré-determinar essa diferenciação por meio da cultura, religião, formação política, cultural ou social que implica nos processos de diferenciação entre mulheres e homens, incluindo também as diferenças que o corpo produz, distinguindo-os e separando-os a partir do sexo, gênero e sexualidade que são impostos biologicamente (MEYER, 2003).



A separação de gêneros é algo histórico e social, um exemplo são as brincadeiras das crianças desde que nascem, os meninos tem por determinada a cor azul e os primeiros brinquedos são bolas e carrinhos, em contra partida as meninas nascem num mundo cor de rosa, e as brinquedos são bonecas, itens em miniatura de objetos de casa, onde a criança vai brincar de casinha, de certo modo, um ensaio para a vida real, onde até hoje no século XXI alguns tem a mentalidade que o lugar da mulher é tomando conta do lar e da família, pensamento historicamente e culturalmente impostos a nós (MEYER, 2003).

E as crianças crescem com a mentalidade fechada, que meninos brincam com meninos e meninas com meninas, esse conceito cresce ainda mais quando entram em algumas escolas, e nas aulas de Educação Física o professor visa mais um gênero, deixando assim os garotos com o maior espaço para jogar, em especial o futebol, e as garotas ficam com menor espaço, para brigar de pula corda ou ciranda, fortificando essa desigualdade social já existente. Há uma certa resistência ao trabalho integrado em especial na área da Educação Física, onde fica explicito e evidente isso, justamente por sofrer uma grande influência por parte da cultura, quando a mulher não deveria realizar determinadas tarefas por ser considerado um sexo frágil, muitos professores estão querendo mudar essa realidade através da Coeducação, onde sabe-se que não é meta fácil de alcançar, mas que é necessário que haja persistência. (LOURO, 2003).

Pode-se perceber que depois de certo tempo seguindo o mesmo padrão é preciso mudar, por isso o profissional de Educação Física tem que estar preparado para ser o agente integrador desses gêneros, colocando jogos onde todos participem, formando times/equipes mistas, podendo até haver modificações nas regras dos jogos para melhor adaptação de ambos. É perceptível que essa integração não vai mudar de uma hora pra outra, porque como já foi avaliado, é um fato cultural e histórico, as modificações ocorre aos poucos, de modo sutil e persistente, para mostrar que não há uma hierarquia masculina ou feminina. Desse modo, Auad (2004) refere-se à Coeducação como:

Refiro-me à coeducação como um modo de gerenciar as relações de gênero na escola, de maneira a questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e sobre o masculino. Tudo isso só será possível mediante a atribuição de igual valor ao feminino e ao masculino, vistos como elementos não necessariamente opostos ou essenciais (AUAD, 2004, p. 167).

O fator excludente do gênero feminino foi destacado, mas alguns meninos também eram excluídos e deixados de lado por jogar “ruim”, já que querendo ou não o esporte é muito seletivo, só selecionando os melhores, coisa que na escola não deve ocorrer, pois todas as atividades das aulas tem que ter igualdade (CORSINO; AUAD, 2012). Por esse e outros vários motivos as horas destinadas a Educação Física tem que ser utilizada para a inclusão,



onde todos participem, seja no futebol, no vôlei ou até no jogo onde a turma solte a criatividade e crie sua própria modalidade, mas que tenha uma interação entre a turma, trazendo assim o espírito de coletividade, de igualdade, e de aceitação, porque todos são capazes e o profissional tem que estar à frente para que tudo dê certo e assim, as aulas sejam atrativas e os alunos aprendam não só a “jogar”, mas também a respeitar e aceitar o próximo. (CORSINO; AUAD, 2012)

CONCLUSÃO

Inclusão é o ato de não deixar ninguém de fora e deve ser em todos os locais especialmente nas escolas, onde todos tem o direito de receber uma educação de qualidade, e onde os professores devem ser capacitados, com uma formação continuada—uma vez que percebe-se que não é tarefa fácil incluir alunos especiais e/ou discutir a heteronormatividade em aulas de Educação Física, mas é algo que não é impossível e todo profissional deve estar capacitado uma vez que alunos com necessidades especiais são superprotegidos pelos pais e por todos em sua volta, não deixando em muitos casos experimentar novas sensações. Essas crianças muitas vezes são isoladas e/ou excluídas pelos colegas de turma, fazendo com que elas se sintam sozinhas e tristes.

Outros fatores são as exclusões de meninas em esportes na escola, onde, em muitos casos os meninos ficam com a maior parte da quadra para jogar “futebol” e as meninas ficam com menor espaço para “pular corda” fatos que não podem ocorrer durante a aula de Educação Física.

É preciso incentivar a inclusão social por meio de jogos, brincadeiras e esportes adaptados e debates, onde todos participem de modo igualitário onde os alunos percebam e respeitem as diferenças. Frisando a importância e a necessidade de uma pedagogia de qualidade e de excelência.

REFERENCIAS

ALARCÃO, Isabel; ROLDÃO, Maria do Céu. **Supervisão: Um contexto de desenvolvimento profissional dos professores.** 3ª ed. Mangualde edições Pedagogo, 2009.

ALARCÃO, Isabel; TAVARES, José. **Supervisão da Prática Pedagógica. Uma Perspectiva de Desenvolvimento e Aprendizagem.** 2.ª ed. Coimbra: Almedina, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Tradução: RETO, Luiz Antero; PINHEIRO, Augusto. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. 2ª ed. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

CIDADE, Ruth Eugênia; FREITAS, Patrícia Silvestre. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência**. Uberlândia, 1997.

CORSINO, Luciano Nascimento; AUAD, Daniela. **O professor diante das relações de gênero na Educação Física Escolar**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

CRUZ, Gilmar de Carvalho; FERREIRA, Júlio Romero. **Processo de formação continuada de professores de educação física em contexto educacional inclusivo**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 163-80, abr./jun. 2005.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, Salamanca-Espanha, 1994.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial: A mulher na sociedade brasileira**. 2ª ed. Curitiba: Ibplex, 2011.

LIMA, Mariza Antunes de; MARTINS, Clovis José; CAMPRARO, André Mendes. **Olimpíadas Modernas: uma história de uma tradição inventada**. Pensar a Prática, v. 1, n. 11, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LEHNHARD, Greice Rosso; MANTA, Sofia Wolker; PALMA, Luciana Erina. A prática de atividade física na história de vida de pessoas com deficiência física. **Revista de Educação Física/ UEM**, v. 23, n. 1, pp. 45- 56. 2012.

MEYER, Dagmar Estermann. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 33-58, 2003.

RUBIO, Kátia; SIMÕES, Antônio Carlos. De espectadoras a protagonistas: A conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 5, n. 11, p. 50-56, 1999.

SILVA, Alessandra Santos Silva. **Desvalendo o sentido da deficiência mental a partir de diferentes abordagens teóricas e diferentes práticas educativas**. (Dissertação de Mestrado) UNIPAC/ DPGMES, Barbacena, 2006.

VAGO, Tarcísio Mauro. Das escrituras à escola pública: a educação física nas séries iniciais do 1o grau. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**. v. 14, n. 3, 1993.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

MENDES, Eniceia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil.** Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, 2006.

Brasil (2007). **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

